

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PE

Estudo Técnico Preliminar 4/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25225.000.040/202512

2. Descrição da necessidade

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade verificar e analisar a viabilidade da contratação cujo objeto **refere-se a prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial Armada de natureza contínua**, com vistas garantir a segurança patrimonial, dos servidores e demais que transitam pela Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e equipamentos adequados à execução dos trabalhos.

2.2. Os serviços serão prestados de forma contínua e pela sua natureza e relevância, visam em especial garantir a segurança patrimonial da instituição e dos servidores, de forma permanente e contínua durante a vigência da contratação, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão de modo a evitar que sua interrupção possa comprometer a prestação de serviço público e consequentemente descumprimento da missão institucional.

Nesse sentido, entendendo que padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos quando do edital, por meio das especificações usuais de mercado, o seu enquadramento poderá ser como bens e serviços comuns conforme disciplinado no inciso XIII, do Art. 6º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.3. A contratação pretendida tem como finalidade resguardar o patrimônio público contra ações lesivas de terceiros, tais como atentados às instalações, roubo ou furto de equipamentos e intrusões voltadas para a perturbação da ordem no ambiente de trabalho e agressões a servidores e visitantes no interior do prédio indicado, considerando sobretudo que a atual Administração não dispõe de servidores do quadro habilitado que possam realizar os serviços de vigilância armada e patrimonial.

2.4. Acrescento que os serviços de vigilância armada e patrimonial a serem contratados se enquadram como serviços de natureza continuada, haja vista que a sua interrupção poderá comprometer a continuidade das ações e atividades e consequentemente a missão da instituição, razão do entendimento no sentido de que sugere-se a contratação **por 01 (um) ano e até o limite de 10 (dez) anos conforme preconiza o Art. 106 e 107 da Lei 14.133 /2021.**

2.5. A presente contratação visa substituir o contrato nº 02/2020, relativo ao processo nº 25225.000.061/2020-15, objeto do Pregão 01/2020, cuja empresa vencedora à época foi a B1 Vigilância Eireli - CNPJ-15.195.617 /0001-87.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração - COADM/SUEST-PE	Diniz Batista da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Relativamente aos requisitos necessários para a contratação que ora se cuida, tem-se:

4.1. A contratação para a prestação de serviços de vigilância armada, deve ser de pessoa jurídica envolvendo fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, inclusive, atender os requisitos descritos na Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024, que trata das exigências para que as empresas especializadas possam operar, bem como, para o exercício da profissão em relação aos seus funcionários.

4.2. São requisitos para a empresa licitante, além do disposto no art. 3, da Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024 as condições essenciais para que possam operar:

4.2.1. Autorização de funcionamento concedida conforme art. 15, da Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024;

4.2.2. Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;

4.2.3. Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal/Superintendência Estadual de Pernambuco.

4.2.4. Revisão de autorização para funcionamento expedido pelo Departamento de Polícia Federal/Coordenação Central de Polícia/Divisão de Controle de Segurança Privada;

4.2.5. Licença para funcionamento de estações: rádio fixa, estações móveis e de rádios portáteis tipo HT, expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

4.2.6. Comprovante de autorização para compra de armas e respectivo registro de arma disponível em quantidade necessária ao cumprimento da execução dos serviços objeto deste estudo, em conformidade com a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003. O registro da arma deve incluir, pelo menos, o número da arma, o nome do proprietário, a espécie, a marca e o calibre.

4.3. Além das condições acima, há outros trechos do ordenamento jurídico supracitado que impõem barreiras à operação dessas empresas: os diretores e demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados nos incisos I e V, do art. 18 da Lei nº 14.967/24.

4.4. Para o exercício da profissão, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos:

4.4.1. ser brasileiro, nato ou naturalizado;

4.4.2. ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

4.4.3. ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;

4.4.4. ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

4.4.5. não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

4.4.6. estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

4.4.7. ter concluído todas as etapas do ensino fundamental; e

4.4.8. estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

4.5. De acordo com a Portaria nº 21.262 de 23 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para os serviços de

vigilância, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, deverão observar as seguintes escalas, no mínimo:

4.5.1. Posto de Vigilância: 12 (doze) horas diurnas, de domingo a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; e

4.5.2. Posto de Vigilância: 12 (doze) horas noturnas, de domingo a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

4.6. Para a prestação dos serviços será observada a Convenção Coletiva do Trabalho 2024 do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Pernambuco, número de registro no **MTE: PE-000616/2025, para a categoria de vigilante.**

4.7. O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o código 5173-30 - Vigilante.

4.8. A vistoria ao local onde será prestado os serviços **é FACULTATIVA.**

4.9. A proposta de preço deverá conter obrigatoriamente a descrição do serviço, com todas as especificações mínimas exigidas.

4.10. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** com a inclusão de todas as despesas diretas e indiretas, tais como: mão de obra, fardamentos, transporte, alimentação, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e taxas, que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços.

4.11. Apresentar planilha de preços detalhada, conforme modelo descrito no Edital.

4.12. A licitante deverá apresentar os Atestados de "Qualificação Econômica - Financeira", "Qualificação Técnica" e Qualificação Técnico-Operacional":

4.12.1. A licitante deverá disponibilizar, quando solicitada, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de "Qualificação Econômica - Financeira", "Qualificação Técnica" e Qualificação Técnico-Operacional" apresentados, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05, de 25/05/2017;

4.12.2. A exigência dos Atestados de "Qualificação Econômica - Financeira", "Qualificação Técnica" e Qualificação Técnico-Operacional", levou em consideração a essencialidade do serviço com "emprego de mão de obra" e os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar vicissitudes contratuais. Justifica-se também, para demonstrar que a proponente já atuou no ramo pertinente e possui aptidão para o desempenho dos serviços, garantindo que os serviços fornecidos serão realizados de maneira correta e profissional.

4.13. **"Não será requisito da contratante solicitar ao contratado a instalação de escritório em Recife Pernambuco. Contudo, em face as especificidades da prestação dos serviços, o contratado deverá garantir um representante local para atender as necessidades da Administração, no que se refere a execução do contrato".**

4.14. Requisitos sobre Segurança do Trabalho:

4.14.1. Serão de responsabilidade da contratada a realização de rotinas de inspeção técnica em Segurança do Trabalho, por meio de profissional habilitado, vinculado ao quadro de funcionários da contratada, com objetivo de:

4.14.1.1. Supervisionar o trabalho nas questões relativas à Segurança do Trabalho;

4.14.1.2. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas dependências da Instituição;

4.14.1.3. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os EPI's recomendados pelas normas regulamentares, instruindo sobre o uso correto dos mesmos e registrando a distribuição, por meio de uma lista com assinatura dos funcionários e do técnico responsável;

4.14.1.4. Aplicar advertência os funcionários que, mesmo após orientação, persistirem no uso inadequado dos EPI's e afastar do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;

4.14.1.5. Fazer cumprir as legislações do Ministério do Trabalho e Emprego referente às questões de Segurança do Trabalho (Normas Regulamentadoras nº 6, 7 e 9 e demais pertinentes);

4.14.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade contratada;

4.14.1.7. A Contratada deverá prestar toda a assistência mediata e imediata aos seus empregados quando envolvidos em acidente de trabalho ou quando acometidos de mal súbito.

4.15. Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, dispositivos, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento do objeto, nas quantidades estimadas.

4.16. Os uniformes e seus complementos serão fornecidos conforme o clima da região e o disposto no

respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho para os funcionários empregados na prestação dos serviços.

4.17. Por tratar-se de prestação de serviços de natureza continuada, sugere-se que a vigência seja de 01 (um) ano, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos na forma dos art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021, considerando a economicidade da medida não sujeita à oscilação e incerteza do mercado anualmente, mas ao índice de reajuste acordado.

4.18. A aferição dos resultados será realizada nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, através do Índice de Medição de Resultados (IMR), que avalia a qualidade dos serviços e implicam em variáveis que estão sob controle da administração e permitem a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

4.19. Para se resguardar de eventuais processos trabalhistas, a Administração Pública Federal institucionalizou a possibilidade de assegurar reserva de valores suficientes para a quitação de obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS decorrentes dos contratos de fornecimento de mão de obra terceirizada, por meio da criação de uma Conta-Depósito Vinculada, prevista no art. 18, § 1º, inciso I da Instrução Normativa nº 05 de 2017. Devido à ausência de vínculo empregatício entre os trabalhadores da empresa prestadora de serviços e o Estado, este último estaria isento do dever de arcar com os débitos trabalhistas.

4.20. Entretanto, algumas Cortes Trabalhistas entendem que a responsabilidade da Administração Pública pelo pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de contratos de terceirização pactuados por entidades estatais é subsidiária à da empresa contratada. A notória, iterativa e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é no sentido de que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, inclusive quando este for uma entidade pública. A Administração Pública responde de forma subsidiária pelo pagamento das verbas trabalhistas sonegadas pelas empresas prestadoras de serviços, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

4.21. De modo a garantir reserva financeira para cobertura de determinadas obrigações trabalhistas nos contratos de serviços terceirizados, a Administração Pública passou a prever nos editais a exigência de criação de uma Conta-Depósito Vinculada, para fins de depósito das provisões para pagamento das verbas trabalhistas. Nessa conta bancária, aberta em nome da empresa e que só poderá ser movimentada com autorização do órgão contratante, são depositadas as provisões de valores para o pagamento de direitos dos empregados envolvidos na prestação dos serviços, previstos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis Trabalhistas. Com o intuito de mitigar a responsabilização trabalhista desta Instituição, oriunda de problemas ocorridos nos contratos de prestação de serviços terceirizados em regime de mão de obra exclusiva, optou-se, por maior segurança, exigir a abertura de Conta-Depósito Vinculada pela Contratada, nos moldes do Anexo XII da IN nº 5/2017.

5. Levantamento de Mercado

5. Levantamento de Mercado

Considerando que:

- a). Há vedação para a contratação de servidores efetivos que detenham, dentre suas atribuições, a prestação de serviços de vigilância.
- b). Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do decreto supracitado, cuja execução indireta é vedada;
- c). A Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do antigo Ministério do Planejamento, em seu art. 1º, inciso XXI, estabelece, inclusive, que os serviço de vigilância patrimonial, preferencialmente, serão objeto de execução indireta mediante contratação;
- d). A Portaria nº 21.262 de 23 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, estabelece diretrizes e normativas para a contratação do serviço ora pretendido.

5.1. As soluções encontradas no mercado para a prestação de serviços de vigilância são:

5.1.1. Vigilância patrimonial com contratação eventual:

5.1.1.1. Trata-se da prestação de serviços de vigilância patrimonial, com possibilidade ou não do porte de armas, conforme preceitua o inciso III, do art. 29 da Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024, que assegura aos vigilantes o porte de arma quando em serviço.

5.1.1.2. Trata-se de contratação em momentos específicos, sempre que houver demanda.

5.1.1.3. Tal contratação não se dá às necessidades da Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco, pois a necessidade é de vigilância 24 horas por dia, durante 7 dias na semana.

5.1.2. Vigilância patrimonial com contratação contínua:

5.1.2.1. Trata-se da prestação de serviços de vigilância patrimonial, com possibilidade ou não do porte de armas, conforme preceitua o inciso III, do art. 29 da Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024, que assegura aos vigilantes o porte de arma quando em serviço.

5.1.2.2. Nessa solução a prestação dos serviços é prestada de forma contínua, ou seja, sem a interrupção dos serviços. A interrupção dos serviços poderá ocasionar danos à integridade física de pessoas ou ao patrimônio da Instituição.

5.1.3 Vigilância eletrônica:

5.1.3.1. Trata-se da prestação de serviços de vigilância por meio da instalação de câmeras, sem a utilização do vigilante in loco.

5.1.3.2. Nessa solução são prestados serviços de Monitoramento Remoto, a partir de central especificamente instalada para este fim nas dependências da contratante, com o objetivo de monitorar e gerenciar remotamente os sistemas de alarmes e CFTV instalados na Instituição.

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução que mais satisfaz as necessidades da Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco, **é a vigilância patrimonial com a prestação de serviços contínuos**. Esse modelo, tem sido utilizado nesta SUEST/PE há tempos e durante todo o período tem demonstrado sua efetividade no benefício direto a segurança das suas instalações, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio, ou a integridade física dos servidores, colaboradores e transeuntes que circulam nas instalações desta Superintendência, a qualquer hora, contribuindo para o bom desempenho das atividades da instituição.

6.2. Os serviços de vigilância armada serão executados ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo, para guarda e proteção de bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos e materiais nas áreas internas e externas dos prédios da SUEST/PE.

6.3. A CONTRATADA deverá manter permanentemente os Postos de trabalho nos períodos indicados, nas dependências da CONTRANTE inclusive aos sábados, domingos, feriados, dias santos e pontos facultativos.

6.4. O horário da troca de guarda deverá coincidir entre os postos diurno e noturno objetivando a garantia da prestação de serviços durante 24h (vinte quatro horas) ininterruptas durante os sete dias da semana.

6.5. A CONTRATADA deverá realizar treinamentos profissionais e as respectivas reciclagens, com vistas a proporcionar aos vigilantes, adequado condicionamento físico e atualização das técnicas de segurança.

6.6. Para a execução dos serviços de portaria e de vigilância patrimonial, a contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO: 5173-30.

6.7. Os profissionais alocados nos postos de vigilante, deverão desempenhar as atividades relacionadas a seguir, e todas as outras pertinentes ao cargo:

6.7.1. Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

- 6.7.2. Comunicar imediatamente à Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 6.7.3. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, de responsáveis da Administração e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 6.7.4. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;
- 6.7.5. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- 6.7.6. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- 6.7.7. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- 6.7.8. Comunicar à Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;
- 6.7.9. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, da melhor forma possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 6.7.10. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio os dados que possibilite a identificação dos veículos e das pessoas e outras informações complementares conforme o caso.
- 6.7.11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato à Administração, no caso de desobediência;
- 6.7.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- 6.7.13. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- 6.7.14. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 6.7.15. Executar rondas durante a noite, finais de semana e feriados, de 1 em 1 hora, através de bastão de ronda monitorada em pontos (bottoms) de controle, verificando todas as dependências do órgão, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações, controlando o trabalho dos vigilantes, e fornecendo semanalmente relatórios detalhados com registros completos para que toda a operação seja acompanhada passo a passo pela administração.
- 6.7.16. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, identificado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 6.7.17. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.
- 6.8. O salários-base, bem como os demais benefícios da categoria não poderão ser inferiores aos estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato ao qual o profissional está vinculado, sob pena de desclassificação.

6.9. Os serviços serão prestados nos endereço:

Av. Conselheiro Rosa e Silva, 1489, Bairro dos Aflitos, Recife-PE e Rua Vinte Um de Abril, 1385, Mustardinha, Afogados Recife-PE.

6.10. O numero de postos a ser contrato, levou em consideração o compartilhamento de espaço físico junto ao Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI-PE e o histórico das contratações anteriores, observado os processos nº 25225.000.040/2025-12 e nº 25225.000.061/2020-15, também a manifestação contida na Nota Técnica constante do processo em comento, haja vista se tratar de áreas de vulneráveis às ações dos meliantes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para o quantitativo de posto de serviço, material, EPI’S e uniforme, estabelecidos neste documento, levou-se em consideração o histórico do ultimo contrato, o compartilhamento de espaço físico junto com o Dsei-PE e as situações de vulnerabilidades dos bairros onde os imóveis se localizam (com alto índice de assalto).

7.2. Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de atividade/serviço, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO: 5173-30 :

UASG 255017 - Estudo Técnico Preliminar - 04/2025

GRUPO ITEM ESPECIFICAÇÃO LOCAL UNIDADE MEDIDA QUANTIDADE

Item	Especificações	CATSER	Unid. medida	Quant	Valor Unitário	Valor mensal	Valor total anual
1	Vigilância patrimonial – armada – 12 x 36 diurno	24015	POSTO	04	R\$ 11.491,40	R\$ 45.965,60	R\$ 551.587,20
2	Vigilância patrimonial – armada – 12 x 36 noturno	24015	POSTO	04	R\$ 12.517,82	R\$ 50.071,28	R\$ 600.855,36

Valor mensal da contratação (45.965,60 + 50.071,28 = 96.036,88), que corresponde ao valor anual de **R\$ 1.152.442,56 (Hum milhão, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).**

NOTA EXPLICATIVA – Com o compartilhamento de espaço físico e em se tratando de área ocupada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI-PE, com maior fluxo de público e a configuração dos imóveis (cinco blocos na sede mais o anexo (depósito almoxarifado), o Desi-PE necessitou ocupar aproximadamente 50% dos imóveis portanto (dois) postos noturno e diurno para cada órgão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.152.442,56

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor estimado anual da contratação - R\$ 1.152.442,56 (Hum milhão, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

UASG 255017 - Estudo Técnico Preliminar - 04/2025

8.1. Nos termos do inc. VI do Art. 9º da IN 58/2022-SEGES/ME e do Anexo V, item 2.9 da IN 05/2017-MPDG, bem

como do Art. 9º da IN 65/2021-SEGES/ME, a estimativa de preços da presente contratação decorre

do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços CCT-283/2024, apicado o percentual de 9.24% da CCT-PE00616/2025, perfazendo o valor estimado de **R\$ 1.152.442,56 (Hum milhão, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)**.

8.2. O quantitativo de postos de trabalho foi obtido a partir do levantamento realizado pela Administração por meio do Documento de Formalização da Demanda - DIADM/SUEST-PE (5270953).5176916).

8.3. As informações referente ao salário-base da categoria, bem como os benefícios e demais custos inerentes ao posto, foi retirado da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, **Número de Registro no MTE: PE-000616 /2025 (Sei-5520904)**.

8.4. Para o item, Adicional de Periculosidade, foi utilizado os termos do Art. 193, § 1º, da CLT, destinado somente ao profissional armado.

8.5. O custo do auxílio-transporte correspondente ao itinerário de cada trabalhador, conforme a regulamentação da Lei nº 7.418/1985.

8.6. Para a estimativa dos preços dos uniformes, materiais e equipamentos, foi priorizado os parâmetros dispostos nos inc. I e II do artigo 5º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, sendo realizada a pesquisa sistematizada por meio da ferramenta "Preço Estimado", que é um banco de consulta de preços praticados pela Administração Pública.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Para atingir a finalidade administrativa almejada, fez-se necessário dividir a solução em 2 (DOIS) itens, de acordo com o objeto da execução dos serviços, que, no entanto, serão agrupados em grupo único, para fins de Sessão Pública do Pregão, vez que trata-se de uma única categoria, bem como torna mais atrativa a participação das empresas do mercado, ampliando a disputa, além de propiciar maior eficiência na Gestão e Fiscalização Contratual.

9.2. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica para executar os serviços previstos nos grupos proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa.

9.3. Dessa forma, os itens agrupados permitem ao fornecedor, detentor do melhor lance, ofertar preços bem vantajosos para a Administração Pública na presente contratação.

9.4. Além disso, é comum encontrar no mercado os serviços de vigilância em única contratação, o que demonstra não afetar a competitividade do certame.

9.5. O não parcelamento do objeto, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa somente, assegurar a gerência segura da contratação e, principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade e efetividade, de atender a contento às necessidades da Administração Pública.

9.6. Além das razões já apresentadas, a agregação de itens divisíveis em um único grupo será feita devido os seguintes motivos:

9.6.1. Simplificação e eficiência na gestão: a agregação em grupos de itens divisíveis, no caso concreto, simplifica o processo de licitação, reduzindo a complexidade administrativa e a quantidade de contratos a serem gerenciados. Isso leva a uma maior eficiência na execução dos contratos e na administração dos recursos públicos.

9.6.2. Sinergia entre os itens: neste caso, a agregação de itens divisíveis é justificada pela existência de sinergias entre eles. Este serviço exige o uso de determinados materiais ou equipamentos específicos, e a contratação conjunta pode garantir uma melhor integração e desempenho do sistema como um todo.

9.6.3. Garantia da qualidade ou desempenho: no caso concreto, o serviço será feito de forma contínua e para garantir uma comunicação de qualidade e cautelas de equipamentos é viável que a administração seja feita por uma única empresa. A contratação será feita de forma conjunta de serviços com materiais/equipamentos. Isto é justificado pelos seguintes motivos:

9.6.4. Integração e compatibilidade: O serviço de vigilância está intimamente relacionado aos materiais e equipamentos necessários para execução do serviço e, assim, a contratação conjunta garante a integração e compatibilidade adequadas entre eles.

9.6.5. Redução de riscos e responsabilidades: A gestão de garantir a manutenção, qualidade e guarda dos materiais e equipamentos será feita pela empresa contratada, sendo crucial para a execução adequada dos serviços contratados.

9.6.6. Legalidade: De acordo com o art. 17, da Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024, as armas empregadas na prestação de serviços de segurança privada serão de propriedade dos prestadores de serviço de segurança privada.

9.6.7. Resumidamente, os materiais/equipamentos são intrínsecos à execução do serviço e, por isso, é recomendado a contratação conjunta de serviços com materiais/equipamentos. Ainda, o agrupamento dos itens da prestação dos serviços é vantajosa, tendo melhor aproveitamento do mercado e, conseqüentemente, menores valores quando realizada a compra conjunta da solução, em consonância à Súmula 247 do TCU: "É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala."

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Informo que não existe contratações correlatas relacionada a licitação em comento.

Encontra-se em vigor o Contrato nº 02/2020, oriundo do Pregão 01/2020, processo nº 25225.000.061/2020-15, cuja vigência expira em 12/05/2026.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação inicialmente foi previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme informações doc. (Sei-5270934) e em razão da não conclusão no exercício de 2025, considerar o PAC-2026 conforme processo 25225.000.435/2025-15 (Sei-5537655), cuja publicação no PNCP, ficou a cargo da CGLOG /DEADM, por se tratar de contrato acima do limite da portaria 2.667/2025..

11.2 Encontra-se em vigor o Contrato nº 02/2020, oriundo do Pregão 01/2020, processo nº 25225.000.061 /2020-15, cuja vigência expira em 12/05/2026.

11.3 Cumpre salientar que a Funasa não possui um Plano de Logística sustentável - PLS implantado até o momento, de modo que resta prejudicado o atendimento da exigência de alinhamento com tal documento estratégico.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada para os imóveis da Funasa em Pernambuco, apresenta uma série de ganhos diretos e indiretos, os quais convergem para os princípios de economicidade, eficácia, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável, alinhando-se aos objetivos estratégicos da Administração Pública.

12.2. Ganhos Diretos:

- a) **Efetividade na Segurança:** A presença de vigilantes capacitados garante a proteção contínua do patrimônio público, dos servidores e dos usuários das instalações da Funasa, prevenindo e mitigando riscos de furto, vandalismo e ameaças à integridade física.
- b) **Eficácia Operacional:** A contratação de uma empresa especializada assegura que os serviços sejam executados de forma técnica e eficiente, permitindo o pleno desenvolvimento das atividades institucionais da Funasa sem interrupções ou impactos negativos.
- c) **Economicidade:** A adoção de um modelo integrado de vigilância e o regime de empreitada por preço global otimizam o uso dos recursos públicos, promovendo a obtenção de um custo-benefício favorável e reduzindo os custos administrativos com a gestão do contrato.
- d) **Melhor Aproveitamento de Recursos:** A delegação das atividades de segurança para uma empresa especializada permite que os recursos humanos da Funasa sejam integralmente dedicados às atividades finalísticas da instituição, aumentando a produtividade e a eficiência interna.

12.3. Ganhos Indiretos:

- a) **Desenvolvimento Nacional Sustentável:** A contratação observa as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e incentiva práticas que promovam a equidade de gênero e o respeito às condições de trabalho, contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável.
- b) **Impacto Positivo no Ambiente de Trabalho:** A presença de um ambiente seguro eleva a confiança e o bem-estar de servidores e colaboradores, promovendo maior engajamento e produtividade.
- c) **Redução de Riscos Financeiros e Jurídicos:** A contratação de uma empresa experiente reduz a probabilidade de passivos trabalhistas e de custos decorrentes de incidentes, contribuindo para a segurança jurídica e financeira da Administração.
- d) **Eficiência na Gestão de Recursos:** A gestão centralizada do contrato simplifica os processos administrativos e permite maior controle sobre a execução dos serviços, reduzindo a sobrecarga operacional e otimizando os recursos materiais e financeiros.
- e) **Valorização da Imagem Institucional:** A manutenção de um ambiente seguro reforça a credibilidade e a imagem da Funasa como uma instituição eficiente e comprometida com a proteção de seu patrimônio e de seus integrantes.

12.4. Portanto, os ganhos diretos e indiretos decorrentes da contratação transcendem a simples prestação de serviços de vigilância. Eles asseguram a efetividade da segurança institucional, promovem o desenvolvimento sustentável e refletem o compromisso da Funasa com uma gestão pública eficiente, alinhada aos princípios constitucionais e às melhores práticas de administração.

13. Providências a serem Adotadas

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra iniciativas a serem adotadas previamente à celebração do contrato, exceto quanto à possível prorrogação excepcional do Contrato nº 02/2020 caso a licitação não termine a tempo da substituição contratual em 12/05/2026.

13.2. O ambiente das unidades da Funasa já se encontram adequados para que o serviço ora pretendido seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada produza seus efeitos.

13.3. A unidade deve considerar que este serviço deverá ser fiscalizado por servidores especialmente designados para esse fim e, se for o caso, providenciar capacitação destes servidores, na forma prevista da IN SLTI/MPO 05 /2017

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. As medidas que buscam a redução de possíveis impactos ambientais, em decorrência da prestação do serviço objeto desta contratação, encontram-se elencadas abaixo:

14.1.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 9.178/2017, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

14.1.2. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas de práticas sustentáveis, se houver.

14.1.3. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

14.1.4. A contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

14.1.5. A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

14.1.6. É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

14.17. Caso seja constatado o descumprimento das orientações acima, a empresa a ser contratada poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15. Declaração de Viabilidade.

15.1. Consoante os elementos analisados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada para os imóveis da Funasa Suest-PE, considera-se viável e razoável, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e sobretudo ao interesse público, na medida em que em especial, o patrimônio público estará resguardado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Por delegação de competência - e tratar-se de contratação necessária e imprescindível haja vista a segurança humana e patrimonial e o atual contrato se encerrar em maio/2026.

DINIZ BATISTA DA SILVA

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 16/01/2026 às 10:34:11.

Despacho: Assessoria da COADM/SUEST-PE

MARCELO CAVALCANTI DE MENDONCA E SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Assessoria da COADM/SUEST-PE

JOSE RAMALHO DO PRADO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/01/2026 às 10:36:49.